

DÍVIDA PÚBLICA

Governo deverá fazer leilão de ORTN monetária

por Celso Pinto
de Brasília

O governo deverá fazer em breve um leilão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com correção monetária, e não cambial, dois anos de prazo e 6% de juros. A informação foi transmitida, ontem, por Carlos Brandão, presidente da Andima, aos representantes do mercado financeiro em reunião convocada ontem à tarde no Rio.

Não foram mencionados números precisos, mas o cálculo genérico do mercado vinha sendo de que a necessidade de giro de títulos públicos deve somar cerca de Cr\$ 1 trilhão neste final de ano, entre Letras do Tesouro Nacional (LTN) e ORTN.

Não é inevitável que o BC gire integralmente este volume ou que o faça apenas através das ORTN monetárias. O próprio BC já havia mencionado a possibilidade de haver rolagem das LTN que vencem neste final de ano. O que está aparentemente afastada é a idéia de novas emissões a curto prazo de ORTN cambiais.

Outra informação dada por Brandão é que o governo espera conter a inflação de dezembro em 8%, com um ligeiro ganho em relação à taxa de novembro. Esta expectativa foi uma das mensagens que o presidente da Andima, Carlos Brandão, transmitiu aos representantes do mercado financeiro numa reunião convocada por ele, ontem à tarde, no Rio. Em Brasília, o assessor especial para assuntos econômicos da Seplan, Akihiro Ikeda, confirmou a este jornal que o governo aposta em uma pequena redução da inflação no final do ano se comparada à taxa de novembro.

Nem todos, no governo, estão tão otimistas. Há fatores de pressão acumulados para este mês, entre eles o impacto do último aumento dos derivados de petróleo e do aço.

O tom básico da reunião de Brandão foi tranquilizar o mercado. Ele enfatizou que o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, está atento ao open e não deixará que ocorram surpresas desagradáveis. Além disso, as regras básicas do jogo estão traçadas e não deverão mudar: as correções monetária e cambial acompanharão de perto o Índice Geral de Preços (IGP), e não se esperam novas exclusões de fatores acidentais em seu cálculo.